



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2012

(Do Sr. Júlio Campos)

Dispõe sobre a divulgação de demonstrativos de receitas e despesas referentes à realização de concursos públicos no âmbito da administração pública federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os órgãos e entidades da administração direta e indireta da União deverão divulgar, em seus respectivos sítios na rede mundial de computadores, demonstrativos de receitas e despesas referentes a concursos para provimento de cargos ou empregos públicos realizados sob sua responsabilidade, ainda que realizados mediante contratação de terceiros.

Parágrafo único. Regulamento disporá sobre o conteúdo e a forma de apresentação dos demonstrativos a que se refere o *caput*, bem como sobre o prazo para o lançamento e permanência de acesso às informações.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta lei constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, nos termos do art. 11, VI, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, sujeitando a autoridade responsável às sanções correspondentes.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, não se aplicando a concursos cujos editais de abertura já tenham sido publicados.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### **JUSTIFICAÇÃO**

Os concursos para provimento de cargos ou empregos públicos no âmbito da administração pública federal têm atraído contingente cada vez maior de interessados. A inscrição de milhares de candidatos torna a realização desses certames uma operação de grande vulto, envolvendo a aplicação simultânea de provas em múltiplos locais, com a complexidade logística daí decorrente.

Por força da magnitude das operações que caracterizam os concursos, predomina a execução indireta dos mesmos, mediante a contratação de instituições públicas ou privadas especializadas em organizar e realizar certames dessa natureza. As despesas incorridas são custeadas pela cobrança de taxas de inscrição, propiciando a arrecadação de receitas substantivas.

Apesar dos expressivos montantes de recursos envolvidos, os órgãos e entidades da administração pública não costumam divulgar demonstrativos contábeis que comprovem a efetiva aplicação da receita decorrente do pagamento das taxas de inscrição. Essas informações são de evidente interesse geral e deveriam ser obrigatoriamente divulgadas, em consonância com o disposto na Lei de Acesso às Informações – Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

O projeto ora apresentado tem por intuito estabelecer a obrigatoriedade de divulgação de demonstrativos de receitas e despesas referentes à realização de concursos para provimento de cargos ou empregos públicos, nos termos a serem definidos em regulamento. O descumprimento dessa exigência sujeitará o agente público a responder por improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, cujo art. 11, VI, considera ato atentatório aos princípios da administração pública o fato de deixar de prestar contas quem esteja obrigado a fazê-lo.

Em respeito à autonomia política e administrativa dos entes federados, a obrigatoriedade de divulgação ora proposta seria restrita aos órgãos e entidades da administração pública federal. Sabe-se, entretanto, que as boas práticas administrativas adotadas pela União são logo seguidas pelos Estados e Municípios, mediante normas de sua própria alçada.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Considerando, assim, que a proposição dá efetivo cumprimento ao princípio constitucional da publicidade, a que está sujeita a administração pública, confio no indispensável apoio dos nobres Pares para sua conversão em norma legal.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2012.

Deputado JÚLIO CAMPOS